

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	
	<b>Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)</b>	<b>ATA DE REUNIÃO Nº 36/2020</b>
<b>Data: 08.07.2020</b>	<b>Horário: 16h30</b>	<b>Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)</b>

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (*Aplicativo Microsoft Teams*):

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Membro da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy (**Membro da COEM**);
3. Juíza Juliana Cardoso Monteiro de Barros (**Membro da COEM**);
4. Juíza Luciana Fiala (**Membro da COEM**);
5. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membro da COEM**);
6. Juíza Leidjane Chieza Gomes;
7. Juíza Camila Rocha Guerin (**Membro da COEM**);
8. Promotora Lúcia Iloizio Barros Bastos (**MPRJ**);
9. Procuradora Carla Araújo (**MPRJ**);
10. Defensora Flávia Nascimento (**DPRJ**);
11. Defensora Matilde Alonso (**DPRJ**);
12. Delegada Sandra Ornellas (**CGDEAM - PCERJ**);
13. Delegada Adriana Mendes (**ISP**);
14. Ten. Cel. Cláudia Moraes (**PMERJ**);
15. Dra. Leila Adesse (**Coordenadoria Estadual da Saúde da Mulher**);
16. Dra. Rebeca Servaes (**OAB-RJ Mulher**);
17. Sra. Helena Piragibe (**CEDIM RJ**);
18. Sra. Marcia Soares Vieira (**Secretaria Municipal de Saúde**);
19. Sra. Maria José de Melo (**CEJUVIDA**);
20. Sra. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
21. Sra. Rosangela Pereira (**CEAM Chiquinha Gonzaga**).

As **Exma. Juíza Katerine Jatahy**, membro da COEM, abre os trabalhos 16h37min, dispensando a lista de presença, por tratar-se de reunião virtual através do aplicativo Microsoft *Teams*, e agradece a participação de todas.

Inicialmente, informa que o objetivo da reunião é continuar mantendo a Rede integrada e atuando em busca de soluções diante de dificuldades ainda enfrentadas pelas instituições, impactando o acesso das mulheres vítimas ao sistema de justiça e proteção, nesse período de pandemia.

A **Delegada Adriana Mendes** (Diretora do ISP) apresenta alguns **dados estatísticos**, do ***Monitor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher***, durante o período do distanciamento social, do Instituto de Segurança Pública (Órgão responsável por divulgar, mensalmente, os indicadores criminais) e discorre sobre o lançamento do Dossiê Mulher.

QUANTO AOS DADOS ESTATÍSTICOS apresentados, compreendem o período de ***13 de março a 31 de maio de 2020*** e foram baseados nos ***registros de ocorrência*** (lavrados nas Delegacias presencialmente ou pelo sistema *on-line*), nas ***ligações do Serviço 190*** e do ***Disque Denúncia***.

**Dra. Adriana Mendes** relata que, em relação ao mesmo período de 2019, houve uma queda sensível no número de registros de ocorrências na Polícia Civil. O número de ligações para o Disque Denúncia sobre “Violência contra Mulher” também reduziu (-40,2%). Por outro lado, o Serviço 190 da Polícia Militar apresentou aumento na quantidade de ligações sobre “Crimes contra a Mulher” (12,1%).

**Sobre os registros de ocorrência, o percentual de redução variou de acordo com o tipo de violência:** 44,2% do número de vítimas de Violência Física, 50,8% do de Violência Sexual, 57,1% das vítimas de Violência Psicológica, 63,8% das de Violência Moral e 61,6% de Violência Patrimonial. Dentre esses crimes, o número de registros enquadrados na Lei Maria da Penha apresentou queda de 47,6%.

**Em contrapartida, destaca que houve um aumento do percentual de ocorrências em residência nos registros dos crimes mais graves:** para Violência Física, o percentual aumentou de 59,9% em 2019 para 67,0% em 2020; para Violência Sexual, houve uma variação ainda maior: 57,0% em 2019 para 69,6% em 2020.

Por fim, a **Delegada Adriana Mendes** discorre que a redução do número de registros não significa que a violência contra a mulher esteja diminuindo. A queda nos registros pode ter sido afetada pelo receio de a vítima se expor a uma situação de contágio do vírus, a impossibilidade de sair de sua residência pela presença e controle do agressor e pelos atendimentos restritos nas Delegacias, para determinados crimes.

Em complemento, informa que continuarão com esse monitoramento, enquanto durar a pandemia, e as informações podem ser consultadas no sitio do ISP <http://www.isp.rj.gov.br/>.

QUANTO AO DOSSIÊ MULHER, discorre que está em fase de finalização da diagramação para o lançamento da 15ª edição, com data a ser definida e que será divulgada para toda a Rede. Enfatiza que esse ano o Dossiê apresentará uma análise mais aprofundada/qualitativa, com outros olhares, principalmente sobre o feminicídio (tentado e consumado) e com a participação da Ten. Cel. Claudia, contemplando o programa da Patrulha Maria da Penha.

Após tomarem conhecimento das informações apresentadas, todas as participantes expressam agradecimento/parabenizam o trabalho da Delegada Adriana Mendes, à frente do ISP, e discorrem sobre a relevância dos dados, que são fundamentais para tomada de decisões e para políticas públicas no enfrentamento à violência de gênero.

Ao ensejo, a **Juíza Adriana Mello** informa a todas que no dia 16 de julho haverá um webinar promovido pela EMERJ, sobre *“A Segurança Pública e a Violência contra a Mulher”*, com várias convidadas, entre Delegadas e Defensoras.

Com a palavra, a **Delegada Sandra Ornellas** discorre sobre as poucas mudanças nas chefias das DEAMs (a Delegada Cristiane de Almeida saiu da DEAM Oeste para a DEAM Belford Roxo e a Delegada Débora Rodrigues assumiu a DEAM Centro) e também informa sobre algumas ações/atualizações em andamento na PCERJ, referentes aos problemas relatados nas reuniões anteriores, conforme segue:

**1) Quanto aos atendimentos via 197** – discorre que tem tentado entender os entraves, internamente. Relata que a CGDEAM, em junho, chegou a fazer 17 atendimentos e, dentre eles, quatro culminaram em registros de ocorrências. Reforça que os funcionários do seu Departamento já possuem o sistema e senhas para realizarem os ROs e têm acesso direto para encaminhar os casos aos titulares das DEAMs de competência. No entanto, não possuem acesso às distritais, mas nesse contexto, o caso é passado para a DEAM mais próxima e, após contato feito com a vítima, ela decide se deseja manter na DEAM ou na distrital de sua região.

Em complemento, informa que já tem uma reunião agendada com o Ouvidor Geral, na quinta-feira, dia 09 de julho, para se inteirar de tudo e buscar soluções para os problemas relatados sobre o 197. Compartilha que também fez testes de ligações e não conseguiu ser atendida.

**2) Quanto aos atendimentos presenciais nas Delegacias** – Informa que dia 6 de julho foi divulgada a Resolução 159, determinando o retorno das atividades presenciais em todos os setores da PCERJ. Além disso, houve recomendação expedida pelo Delegado Felipe Cury

(Subsecretário de Operações), há uma semana, determinando o atendimento presencial dos casos da Lei Maria da Penha em todas as Delegacias.

**3) Quanto aos aprimoramentos do RO on-line** – discorre sobre a reunião que teve com a COEM e com o Delegado Marcos Motta (SEPOL/DGTIT), no dia 07 de julho. Entende que há, de fato, necessidades de melhorias urgentes e que estão tentando alternativas, até que haja o aprimoramento sistêmico.

**4) Quanto à campanha nacional “Sinal Vermelho”** – informa que na segunda-feira, dia 13 de julho, terá uma reunião com todas as Delegadas para fomentar a campanha. Quanto à capacitação, a PCERJ fará no mesmo modelo que fora feito com a PMERJ, com o Secretário de Polícia participando da abertura e estimulando o engajamento dos homens da corporação.

Discorre que pretende dar sequência a outras capacitações sobre a temática da violência de gênero, com atualizações necessárias etc., principalmente com as distritais. Por fim, relata que está elaborando uma normativa com as rotinas de trabalho dos atendimentos às mulheres vítimas, pautada na Lei Maria da Penha e com algumas questões específicas de rotinas PCERJ para alcançar as distritais, principalmente.

A **Promotora Lúcia Iloizio** indaga a Delegada Sandra Ornellas se no encaminhamento à DEAM mais próxima, as unidades estão providenciando as medidas protetivas. **Dra. Sandra** responde que, em tese, sim. Contudo, precisa ter acesso ao mapa de integração sistêmica para certificar se todas já estão conseguindo enviar a solicitação da MP, via processo eletrônico, para o Juizado de competência.

Dando prosseguimento, as **Juizas Leidjane Gomes** (Natividade, Itaperuna e Varre-Sai), **Juliana Cardoso** (Niterói, São Gonçalo e Itaboraí) e **Camila Guerin** (Saquarema) discorrem sobre o andamento das articulações com as farmácias para adesão da campanha nacional “Sinal Vermelho” e do envolvimento/interesse das Prefeituras dos municípios, em suas respectivas regiões, em razão do ano eleitoral, atrelando divulgação da campanha com propagandas políticas.

Após debates, a **Juíza Adriana Mello** avança a possibilidade das Magistradas, juntamente com ela, conversarem com a Des. Suely Magalhães para pensar em alguma forma de adesão formal por parte das Prefeituras. Além disso, ela também verificará com o GT nacional sobre essa questão.

A **Dra. Leila Adesse** (Coordenadoria Estadual da Saúde da Mulher) expõe preocupação em relação à campanha nacional, pois ainda não foi possível planejá-la com o setor da saúde para que o atendimento/acolhimento da mulher possa ir muito além da denúncia.

Entende que é necessário envolver e articular com esse setor e não correr o risco de transmitir uma mensagem à população de que a campanha se limita apenas entre as farmácias e as polícias, uma vez que a mulher vítima, também, precisa de apoio da saúde pública.

A **Juíza Adriana Mello** enfatiza a importância da fala da Dra. Leila e aventa a possibilidade de tentar uma aproximação com o Secretário de Saúde ou uma reunião específica entre a COEM, Dra. Leila Adesse e a subsecretária de Gestão da Atenção Integral à Saúde da SES-RJ, Sra. Odete Carmen Gialdi, para promover esse engajamento.

**Dra. Leila Adesse** concorda e entende que é fundamental, mas solicita para que a reunião seja agendada no final do mês de julho, considerando o momento de grande turbulência nas Secretarias de Saúde.

A **Sra. Márcia Vieira** (SMS) corrobora com a fala da Dra. Leila e relata que é perceptível a redução da circulação das mulheres nas unidades de saúde. Informa que os atendimentos nas salas lilás (Campo Grande e Centro) permanecem no mesmo formato, conforme já relatado anteriormente. Por fim, noticia que o município de Mangaratiba também está criando uma sala lilás.

Ao ensejo, a **Juíza Adriana Mello** indaga se a Sra. Marcia Vieira poderia apresentar na próxima reunião da Rede e, após, enviar para o e-mail da COEM, os dados estatísticos dos atendimentos nas duas salas lilás. **Sra. Márcia** responde que sim. (DELIBERAÇÃO 01)

A **Sra. Cristina Fernandes** (CIAM Márcia Lyra) relata que no mês de junho houve uma procura maior. A maioria das ligações foram recebidas diretamente no seu celular pessoal e pelo siga-me programado, tanto do Disk Mulher, como do telefone fixo do CIAM. Informa que essa semana haverá reunião para traçar estratégia de retorno presencial.

A **Juíza Adriana Mello** delibera para que a Sra. Cristina Fernandes apresente, na próxima reunião da Rede, as informações sobre os atendimentos do CIAM Márcia Lyra e atualizações sobre plano de retorno presencial. (DELIBERAÇÃO 02)

Com a palavra, a **Ten. Cel. Cláudia Moraes** (PMERJ) relata alguns fatos sobre o efeito positivo que o lançamento/capacitação sobre a campanha causou na corporação. Informa que permanecem as campanhas de doações para ajudar as assistidas mais necessitadas, especialmente nos interiores do Estado.

Por fim, aventa a possibilidade da campanha "*Sinal Vermelho*" ser incorporada na rede hoteleira, em um segundo momento, como mais uma janela de oportunidade.

Ao ensejo, informa que a Patrulha Maria da Penha completará um ano de implantação em agosto para que essa data não passe em branco.

As **Juízas Elen Barbosa** e **Adriana Mello** corroboram com a sugestão da Ten. Cel. Claudia para pensar em algo com a rede hoteleira, após pandemia.

A **Defensora Flávia Nascimento** discorre sobre: **(i)** a participação de alguns Defensores nas reuniões proporcionadas pela Sra. Helena Piragibe (CEDIM), em alguns municípios; **(ii)** o retorno que recebeu da Secretaria de Des. Social e Direitos Humanos sobre a questão do aluguel social que permanece estagnada na casa civil, aguardando a indicação do fundo.

Dito isso, informa que está elaborando um novo ofício para a SDSDH sugerindo a utilização do fundo habitacional e interesse social, e solicitando celeridade na questão.

Em complemento, a **Defensora Matilde Alonso** discorre sobre a retomada das atividades presenciais na DPRJ, desde o dia 6 de julho, de forma gradativa. Na 1ª fase (que vai até 26 de julho) os atendimentos ao público ainda não estão liberados (salvo casos excepcionais) e, por isso, permanecem os atendimentos remotos. Porém, com mudanças em alguns polos/contatos que podem ser consultados no endereço: <https://coronavirus.rj.def.br/>.

Relata que o NUDEM permanece com os mesmos telefones para atendimento em geral. Exceto para o 1º e 5º Juizados que passaram a ser atendidos diretamente pela **CRC 129** ou on-line, através do endereço: <http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/Atendimento-On-line>.

Por fim, a **Defensora Flávia Nascimento** compartilha sobre a atuação conjunta entre o MPRJ e o MP do Trabalho junto à Assistência Social dos Municípios e Estado para atender a demanda das mulheres que precisam retornar ao trabalho, mas não tem onde deixar os filhos, uma vez que as escolas e creches continuarão fechadas.

Na oportunidade, as **Juízas Adriana Mello** e **Luciana Fiala** discorrem sobre a situação/demandas de violência envolvendo pessoas idosas, que chegam em seus Juizados, como uma temática que também precisa ser enfrentada.

Nada mais a tratar, a **Exma. Juíza Adriana Mello** encerra a reunião às 19h04 e designa a próxima para o dia 15 de julho, às 16h30. (DELIBERAÇÃO 03)

**JUÍZA ADRIANA RAMOS DE MELLO**  
Membro da COEM

**JUÍZA KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD**  
Membro da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Apresentar dados quantitativos dos atendimentos nas Salas Lilás (Centro e Campo Grande) e, após, enviar para o e-mail da COEM.	Sra. Márcia Vieira (SMS)	Próxima reunião
02	Apresentar informações sobre os atendimentos do CIAM Márcia Lyra e atualizações sobre o plano de retorno presencial.	Sra. Cristina Fernandes	Próxima reunião
03	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 15 de julho de 2020, às 16h30.	DICOL/ COEM	Imediato

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata  
foi assinada em \_\_/\_\_/2020.

Rodrigo O. T. Almeida  
Chefe de Serviço do SEATE